

Mapeando os empreendimentos solidários

A criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, foi uma iniciativa pioneira em âmbito mundial. A constituição da base nacional de dados com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária tem sido apoiada pela FINEP.

O 2º Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado em 2007, identificou 21.859 empreendimentos solidários. Apenas 52% dos municípios foram considerados, portanto o número de empreendimentos é seguramente maior. As projeções estatísticas apontam para um total de cerca de 32 mil.

A gestão e a sustentabilidade econômica dos projetos ligados à economia solidária ainda são um desafio. De acordo com o mapeamento, apenas 39% dos empreendimentos apresentaram superávit financeiro, enquanto que 13% enfrentaram déficit e 34% encontravam-se em situação de equilíbrio. A incubação de empreendimentos solidários, considerada uma tecnologia social, é uma forma de fortalecer essas iniciativas, por meio do apoio das universidades envolvidas. A difusão do modelo vem sendo estimulada também pela RTS – Rede de Tecnologia Social.

A FINEP já lançou três editais voltados especificamente para a incubação de empreendimentos solidários. Um, para projetos no âmbito da RTS, selecionou 21 propostas no valor total de R\$ 3,1 milhões. O outro, voltado para projetos agroalimentares visando a promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional em municípios com mais de cem mil habitantes, contratou 10 projetos no valor total de R\$ 1,6 milhão. O terceiro acaba de ser lançado, com R\$ 3 milhões para a área de turismo.

Políticas de combate à

*Rodrigo Fonseca**

Amilcar Herrera, geólogo argentino que foi um dos fundadores do pensamento latino-americano sobre ciência, tecnologia e sociedade, afirmava que “a capacidade de uma sociedade de incorporar a ciência e a tecnologia como fatores dinâmicos para seu progresso depende de condições políticas, econômicas e sociais que a própria ciência não pode criar”. Não é apenas o investimento em C&T em si que pode promover o desenvolvimento e reduzir desigualdades sociais. É preciso que as políticas públicas de desenvolvimento social participem ativamente da orientação dos rumos da C&T.

Há bastante tempo diversos autores vêm argumentando que a ciência não é neutra e a tecnologia não tem um caminho predeterminado. Ambas estão imersas nas relações sociais e seus caminhos são dados por estas. Mais do que a criação de artefatos, tecnologia compreende todo um conjunto de relações, habilidades, conhecimentos e técnicas ligadas à execução de qualquer atividade. Esta materializa-se em máquinas, equipamentos e processos que organizam a vida diária.

Isto é, podemos induzir a produção de tecnologia e conhecimento que tenham embutidos valores que permitam a promoção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para atender a isto, este modelo de desenvolvimento deve olhar o indivíduo não como um consumidor, mas como um cidadão de direitos. Associada a esta proposta de desenvolvimento deve estar uma nova forma de produção, disseminação e uso do conhecimento que inclua uma grande diversidade de atores no processo.

Pelo menos parte das condições de incorporação de C&T como fator de desenvolvimento social pode ser criada pelas políticas públicas e pelas agências responsáveis pela formulação e implementação dessas políticas, como a FINEP.

O grande desafio para esta tarefa é construir mecanismos de interlocução entre as organizações e entre governo e sociedade. Redes e fóruns, por exemplo, são

ciência e tecnologia no desigualdade social

novas formas complexas de articulação de atores diversos, de relacionamento interinstitucional e de organização, visando a uma nova concepção de ação política e estratégica para interação entre atores, difusão e desenvolvimento de tecnologia.

Neste aspecto, a FINEP tem cumprido um importante papel, fomentando a construção de novas institucionalidades, como a Rede de Tecnologia Social - RTS, que tem como missão a difusão, reaplicação e desenvolvimento de Tecnologia Social, reunindo para isso órgãos de governo, ONGs e universidades. O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Proninc também tem contribuído com a construção de um inovador conjunto de conhecimentos na incubação de empreendimentos econômicos solidários nas universidades brasileiras. Neste programa, além de fomentar a geração de trabalho e renda, o apoio da FINEP permite que o conhecimento produzido nas incubadoras e os estudantes formados neste processo terminem por apoiar a construção de políticas públicas que já são realidade em governos estaduais, como a Bahia, o Acre e o Pará, e em prefeituras, como Osasco, Guarulhos, Olinda, Nova Iguaçu e Santarém.

No entanto, programas como o Proninc ou a própria RTS não devem ser vistos, por exemplo, como "portas de saída" do Programa Bolsa Família (PBF). Dado o nível de

exclusão de boa parte da população brasileira, muitas vezes eles são uma porta de entrada para o PBF. "Portas de saída" para o PBF devem ser um amplo conjunto de ações de fomento à organização produtiva, distribuídas nos três níveis do Estado, que considerem a potência do trabalhador brasileiro não só como usuário de tecnologia,

mas como inovador e produtor dos conhecimentos necessários para a transformação da sua realidade. É a criação de condições de autonomia para os trabalhadores mais pobres, considerando-os cidadãos detentores de conhecimento e capazes de inovar.

O fomento dessa nova organização deve incluir um conjunto de ações que apóiam qualquer atividade produtiva: capacitação para gestão, crédito, tecnologia, infra-estrutura para comercialização e comunicação, entre outras.

No entanto, as condições devem ser específicas para a realidade desse público. Aqui a área de C&T tem muito a contribuir, apoiando

a construção de políticas públicas inovadoras e o desenvolvimento tecnológico associado a elas. Acredito que com isso a política de C&T pode ser muito mais ousada e efetiva do que tem sido na sua participação no combate à desigualdade social.

** Rodrigo Fonseca é sociólogo, doutorando da Unicamp e analista do Departamento de Tecnologias Sociais 2, da FINEP*

